

O Estatuto da FIFA e a igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do Futebol Feminino no Brasil

The FIFA Statute and Gender Equality in Football:
Stories and Contexts of Women's Football in Brazil

Caroline Soares de Almeida

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/Brasil
Doutora em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina
almeidacarol82@gmail.com

RESUMO: Este ensaio procura analisar as mudanças ocorridas no Futebol Feminino brasileiro a partir da introdução da igualdade de gênero no estatuto da FIFA, em 2016. Depois de anos de banimentos e exclusões, ações para o fortalecimento do Futebol Feminino – e de mulheres que atuam como profissionais na área – ganharam certo espaço na agenda da CBF. No entanto, a disparidade existente nas relações de gênero, no contexto futebolístico nacional, mostrou-se bastante latente em pouco tempo. Para tanto, apresento uma reflexão sobre os relatos observados durante o trabalho de campo – realizado no interior do estado de São Paulo – e as notícias publicadas em diferentes veículos de comunicação sobre essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol Feminino; FIFA; Igualdade de gênero; Futebol brasileiro.

ABSTRACT: This essay aims to analyze the changes that have occurred in Brazilian Women's Football since the introduction of gender equality in FIFA's statute in 2016. After years of banishment and exclusion, actions to strengthen Women's Football – and women who work as professionals in this area – gained space in the CBF agenda. However, the disparity in gender relations in the national football context has been very latent in a short time. Thus, I present a reflection on the reports of fieldwork and journalists on this theme.

KEYWORDS: Women's Football; FIFA; Gender Equality; Brazilian Football.

INTRODUÇÃO¹

Abordar o Futebol Feminino² – ou de mulheres e futebol – no Brasil envolve contar a história de décadas de exclusão, motejo e intolerância. Durante 30 anos, as brasileiras estiveram proibidas de ocupar os gramados. Uma lei criada em 1941 determinava que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”.³ A discussão na época tomou corpo após o fortalecimento de equipes de Futebol Feminino nos subúrbios cariocas.⁴ Empresários e jornalistas do Rio de Janeiro já assinalavam a intenção de criar um campeonato exclusivo de mulheres,⁵ quando diversos setores sociais, juntamente ao poder público, iniciaram uma campanha contrária.⁶ Reivindicava-se a intervenção do Estado sobre os corpos – e sobre o modo de ser – das brasileiras em defesa da função universal da maternidade e, por conseguinte, das futuras gerações de brasileiros. Para isso, contava-se com o respaldo da regulação existente sobre condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais de 1932, que proibia o exercício de atividades insalubres, perigosas e noturnas. Segundo a historiadora Susan Besse (1999), essa legislação aprovada durante o governo de Getúlio Vargas tinha como objetivo resolver a “questão social” no Brasil, ou seja, garantir que as mulheres assumissem “carreiras

¹ Este ensaio foi baseado no capítulo “Profissionalização, agências de planejamento de carreiras e mídias sociais: como as atletas operam a transformação do cenário futebolístico atualmente”, integrante de minha tese de doutorado *Do sonho ao possível: projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras*, financiada pela CAPES através do programa de bolsas CAPES/Demanda Social. Agradeço a Dra. Carmen Silvia Rial pela orientação durante a pós-graduação.

² Procuro utilizar o termo para tratar a modalidade em termos institucionais. Não pretendo fixar o gênero feminino como característica central da prática. Para salientar a questão, opto por utilizar as iniciais de “Futebol Feminino” e “Futebol Masculino” em letras maiúsculas.

³ Artigo 54 do Decreto-Lei 3.199/1941 que criou o Conselho Nacional de Desporto.

⁴ Entre fins de 1930 e início de 1940, equipes de mulheres começaram a surgir em diferentes estados brasileiros. No entanto, esse movimento foi mais intenso nas áreas suburbanas do Rio de Janeiro, chegando – a modalidade – a ser associado ao conceito de “futebol menor” (futebol de várzea ou futebol suburbano) pelas sessões esportivas dos jornais.

⁵ Esse processo encaminhava-se para uma possível profissionalização da modalidade no país – e que recém havia acontecido entre os homens.

⁶ FRANZINI: *Futebol é “coisa pra macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol*. GOELLNER: *Mulheres e futebol no Brasil*. RIAL: *El invisible (y victorioso) fútbol practicado por mujeres en Brasil*.

adequadas, mediante as quais poderiam demonstrar moralidade feminina e senso de responsabilidade social”.⁷

Em 1979 houve a revogação das restrições sobre as práticas esportivas às mulheres, porém a atividade permaneceu marginalizada: os jogos não poderiam acontecer em campos oficiais, nem ser arbitrados por juízes federados. A anistia ampla,⁸ mas não irrestrita, veio apenas em 1983 com a regulamentação do Futebol Feminino – uma exigência da FIFA. No entanto, resquícios dessa história ainda permanecem presentes no cotidiano das futebolistas brasileiras. A situação de mulheres que jogam futebol no Brasil é permeada por marcadores sociais de diferenças – como gênero, sexualidade, raça e classe social –⁹ que foram se constituindo no decorrer desses 100 anos da prática no país.¹⁰

Mais de 30 anos se passaram até que a FIFA introduzisse a paridade de gênero na regulamentação do futebol mundial.¹¹ Para adequar-se à novidade, a Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) também aprovou em 2016, no estatuto, mudanças para promover a igualdade de gênero. Os clubes de Futebol Masculino que quiserem obter a licença da confederação para disputar a Copa Sul-Americana ou a Libertadores da América deveriam criar equipe de mulheres até 2019 – ou se associar a outro clube que possuísse essa categoria atuante em campeonatos oficiais.¹²

Este ensaio procura analisar as mudanças ocorridas nos últimos anos dentro do universo do Futebol Feminino brasileiro e que, de certa forma, reconfiguraram – e reconfigurarão mais ainda – a própria a disposição dessa categoria no país. Trata-se de reflexões, de comentários saídos na imprensa e de

⁷ BESSE. *Modernizado a desigualdade*, p. 156.

⁸ O termo anistia era utilizado na época, em analogia à anistia aos presos e exilados políticos, para pedir a regulamentação do Futebol Feminino no Brasil.

⁹ PISANI. *Sou feita de chuva, sol e barro: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo*, p. 42.

¹⁰ Os primeiros registros da prática do futebol por mulheres no Brasil, encontrados até então, datam da década de 1910. Ver: ALMEIDA: *Mulheres futebolistas: debates sobre violência e moral durante o Estado Novo brasileiro*, p 100.

¹¹ O Artigo 23 do Estatuto da FIFA aponta que “Los estatutos de las confederaciones deberán cumplir con los principios de gobernanza y, en particular, deberán incluir como mínimo, determinadas disposiciones relativas a las materias siguientes: [...] constitución de los órganos legislativos de acuerdo con los principios de representatividad democrática, teniendo presente la importancia de la igualdad de género en el fútbol”.

¹² Regulamentados pelas associações nacionais.

experiências de trabalho de campo,¹³ realizado entre os anos de 2016 e 2017, que fizeram parte da discussão sobre carreira e profissionalização de futebolistas mulheres, presente em minha tese de doutoramento em Antropologia Social.

A REGULAMENTAÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO FUTEBOL

O Artigo 23 do Estatuto da FIFA de março de 2016 versa sobre como devem ser formulados os Estatutos das Confederações, tendo o texto abaixo:

Los estatutos de las confederaciones deberán cumplir con los principios de gobernanza y, en particular, deberán incluir como mínimo, determinadas disposiciones relativas a las materias siguientes:

- a) declaración de neutralidad en cuanto a política y religión;*
- b) prohibición de toda forma de discriminación;*
- c) independencia y prevención de injerencias políticas;*
- d) garantía de la independencia de los órganos judiciales (separación de poderes);*
- e) aceptación de las Reglas de Juego, de los principios de lealtad, integridad, deportividad y juego limpio por parte de los grupos de interés, además de los Estatutos, reglamentos y decisiones de la FIFA y de la confederación correspondiente;*
- f) reconocimiento de la jurisdicción y autoridad del TAD por parte de los grupos de interés y concesión de prioridad a la mediación como vía de resolución de disputas;*
- g) responsabilidad de las federaciones miembro a la hora de regular materias tales como arbitraje, lucha contra el dopaje, registro de jugadores, licencias de clubes, imposición de medidas disciplinarias —incluidas las resultantes de conductas éticas inapropiadas— o medidas destinadas a proteger la integridad de las competiciones;*
- h) definición de las competencias de los órganos responsables de la toma de decisiones;*
- i) prevención de conflictos de interés en la toma de decisiones;*
- j) constitución de los órganos legislativos de acuerdo con los principios de representatividad democrática, teniendo presente la importancia de la igualdad de género en el fútbol;*
- k) auditoría de cuentas independiente todos los años.¹⁴*

¹³ Referente ao trabalho de campo realizado com uma equipe de Futebol Feminino do interior do estado de São Paulo, em 2016.

¹⁴ O texto completo do Estatuto da FIFA de 2016 pode ser disponível em: <http://bit.ly/2WhlBoO>.

A grande mudança aconteceu no item “j”, no que diz respeito à igualdade de gênero. Foi a primeira vez que a FIFA incluiu a palavra “gênero” entre suas proposições. Aliás, esse termo é repetido mais quatro vezes no documento:

- No Artigo 2, sobre os objetivos da FIFA: *“hacer todo lo posible por garantizar que todos aquellos que quieran practicar este deporte lo hagan en las mejores condiciones, independientemente del género o la edad”*;
- Artigo 4 *“Igualdad de género y lucha contra la discriminación y el racismo”*, em que proíbe qualquer ação de discriminação, seja por questões étnicas, religiosas, sociais, políticas, relativas a gênero, sexualidade, etc.
- Quando versa sobre as funções das Federações no Artigo 15 – em texto bastante semelhante ao anterior;
- A inclusão, no Artigo 49, de “gênero” como categoria de discussão e análise na Conferência Anual do Órgão.

Essa mudança no texto, além de ter proporcionado algumas ações de promoção do Futebol Feminino por confederações e associações nacionais, foi responsável pelo fortalecimento de movimentos de mulheres futebolistas – e de outras profissionais do futebol – em diferentes partes do mundo. Dito isso, parto para a análise desses movimentos que influenciaram – e ainda influenciam – fortemente o entendimento da categoria de mulheres profissionais do futebol no Brasil.

Em janeiro de 2017, a CONMEBOL anunciou novas regras aos participantes da Copa Libertadores da América e da Copa Sul-Americana: a partir de 2019, para jogar na competição, os clubes teriam que manter em seu quadro permanente uma equipe de Futebol Feminino atuante em campeonato oficial, além de uma equipe de base, dessa categoria, em mesma situação:

El solicitante deberá tener un primer equipo femenino o asociarse a un club que posea el mismo. Además, deberá tener por lo menos una categoría juvenil femenina o asociarse a un club que posea la misma. En ambos casos el solicitante deberá proveer de soporte técnico y todo el equipamiento e infraestructura (campo de juego para la disputa de partidos y de entrenamiento) necesarias para el desarrollo de ambos

*equipos en condiciones adecuadas. Finalmente, se exige que ambos equipos participen en competiciones nacionales y/o regionales autorizadas por la respectiva Asociación Miembro.*¹⁵

A ação foi decidida em comum acordo com as associações nacionais filiadas, entre elas a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) – que enviou o Diretor de Futebol Feminino, Marco Aurélio Cunha como representante. Na mesma data, também foi lançada pela Confederação Sul-Americana o Regulamento do Programa de Evolução,¹⁶ com o intuito de permitir o crescimento de todas as categorias de futebol membros dessa instituição. A medida previu o destino de 20% do fundo do programa à criação e manutenção de torneios de Futebol Feminino, de abrangência nacional e internacional.

IGUALDADE DE GÊNERO PADRÃO FIFA?

À primeira vista, a CBF parecia estar disposta a auxiliar na promoção do Futebol Feminino no país. Em novembro de 2016, a Confederação já havia assinalado um posicionamento a favor da igualdade de gênero ao anunciar pela primeira vez uma mulher para o comando da Seleção Feminina, depois de quase 30 anos de existência da categoria no país. Ao mesmo tempo, a CBF havia aberto um canal de comunicação com outros setores ligados ao Futebol Feminino: o Grupo de Trabalho de Futebol Feminino. Dele faziam parte, além do técnico Vadão,¹⁷ Emily Lima e Marco Aurélio, dirigentes, jogadoras, ex-jogadoras, jornalistas, acadêmicas/os, membros do Ministério do Esporte, entre outras/os. Segundo uma de minhas interlocutoras,¹⁸ integrante do grupo, algumas reuniões chegaram a ser realizadas. A comunicação era mantida quase que diariamente por *WhatsApp*: “não gosto de lidar com essas pessoas (dirigentes da CBF); mas, mesmo desconfiada, pensei que haveria uma movimentação que fosse trazer benefícios para a categoria”.

¹⁵ *Reglamento de Licencia de Clubes – Confederación Sul-Americana de Fútbol (CONMEBOL)*. Disponível em: <http://bit.ly/2HY6w7Q>.

¹⁶ *Reglamento del Programa Evolución – Confederación Sudamericana de Fútbol*. Disponível em: <http://bit.ly/2KuB9De>.

¹⁷ Oswaldo Fumeiro Alvarez.

¹⁸ Termo utilizado na escrita etnográfica em referência às pessoas que fizeram parte do estudo, tendo em vista a metodologia empregada na pesquisa – de “observação participante”.

Tendo em vista os resultados insatisfatórios obtidos pela Seleção nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, a CBF optou pela demissão do então técnico Vadão. Em seu lugar, contratou Emily Lima, que na altura comandava o São José (SP). Cabe ressaltar que a expectativa de pódio para a modalidade era grande: em cinco edições olímpicas, o Futebol Feminino brasileiro já colecionava duas pratas. Além disso, o Brasil havia conquistado o ouro nos Jogos Pan-Americanos de 2015, em Toronto. Diante das chances, o próprio Ministério do Esporte investiu grandes somas na categoria através do Plano Brasil de Medalhas, da criação da Seleção Permanente e do fortalecimento dos campeonatos nacionais. Além disso, o quarto lugar repercutiu negativamente nas mídias esportivas. Com a popularidade em baixa, a Confederação precisava agir.¹⁹

Depois do anúncio das mudanças nos regulamentos da CONMEBOL no início do ano seguinte – e preocupados com a imagem negativa da CBF –, o diretor de Futebol Feminino, Marco Aurélio, declarou amplo apoio às novas medidas:

Se os dirigentes do futebol masculino não errarem em duas contratações por ano, isso paga um time de uma comissão técnica de bom nível de futebol feminino. A Fifa vai exigir isso de todos. Eu reconheço a dificuldade dos clubes, mas com 5% dos recursos do futebol masculino é possível montar um time feminino.²⁰

No entanto, o que se viu nos meses seguintes foi um grande retrocesso - e que levou integrantes do Grupo de Trabalho de Futebol Feminino a abandonar o grupo e a denunciar as atitudes impositivas da Confederação e do diretor de Futebol Feminino. Em setembro de 2017, passados dez meses da contratação, Emily foi demitida. Para o cargo, foi recontratado o ex-técnico, Vadão. A atitude gerou revolta entre as futebolistas: afirmaram que a treinadora não havia tido tempo hábil para mostrar resultados.²¹ Emily atuou em treze jogos amistosos pela Seleção. Obteve sete vitórias, um empate e cinco derrotas. Em defesa à técnica, as atletas destacaram o fato de não terem participado de nenhum campeonato, sendo

¹⁹ Também é importante lembrar que os casos de corrupção envolvendo ex-dirigentes em decorrência da Copa do Mundo de 2014 no Brasil já vinham mais que manchando o prestígio da CBF.

²⁰ FERNANDEZ. Clube sem futebol feminino ficará fora da Libertadores a partir de 2019. Globo Esporte, 26 jan. 2017, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://glo.bo/2WmMkFn>.

²¹ COSENZO. Retorno de Vadão surpreende clubes femininos do Brasil. Folha de São Paulo, São Paulo, 26 set. 2017.

os amistosos apenas experimentações – já que o grupo de convocadas era propositadamente diversificado. Dirigentes de diferentes clubes também se pronunciaram contra a demissão, entre eles, membros do Iranduba (AM), do Santos (SP) e do Rio Preto (SP). Uma carta contendo a assinatura de 24 jogadoras foi entregue ao então presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, pedindo que a demissão fosse revista. Cinco delas anunciaram que não voltariam a atuar pela seleção enquanto a situação fosse mantida.²²

Newcastle, dia 19 de setembro de 2017

Prezado senhor presidente Marco Polo del Nero

Vimos por meio desta apresentar nossos agradecimentos pelo apoio e oportunidade que nos têm sido concedidos.

Gostaríamos de comunicar ao senhor, que foi feita uma reunião com o senhor supervisor Marco Aurelio Cunha no dia 19/09/2017 em Newcastle, Austrália, afim de expressar o sentimento das atletas em relação ao trabalho da comissão técnica da seleção brasileira feminina principal.

As atletas concordam que essa comissão seja, a mais bem preparada para a continuação desse novo ciclo.

Sabemos que os últimos resultados não foram os esperados, mas devemos levar em consideração o tempo hábil para se trabalhar, as seleções que foram enfrentadas, e principalmente a mudança de conceito em relação a treinamentos e jogos para resgatar novamente o futebol brasileiro, que se foi perdendo ao longo dos anos.

Entendemos que isso demanda tempo, e estamos cientes de que hoje, é feito um trabalho de excelência, que gerarão bons frutos a médio prazo.

Agradecemos a vossa compreensão.

Fig.: Carta das atletas da Seleção a Marco Polo Del Nero.
Fonte: *Guerreiras Project*.

A essa altura, uma rede de discussão em prol do desenvolvimento do Futebol Feminino já havia se formado em razão do desmantelamento do Grupo de Trabalho de Futebol Feminino. Essas pessoas não ficaram satisfeitas com o caminho contrário abraçado pela instituição, e no mês seguinte à demissão da técnica, a ex-seleção Sissi levou a situação da modalidade no Brasil à FIFA, na

²² Marine, Cristiane, Rosana, Fran e Andreia Rosa são algumas das atletas que anunciaram a saída da Seleção Brasileira.

ocasião da premiação *The Best FIFA 2017*.²³ Em outubro, a CBF convidou algumas futebolistas a integrar a Comissão para o Desenvolvimento do Futebol Feminino no Brasil. Foram realizadas três reuniões e, dois meses depois, em dezembro, a confederação extinguiu essa comissão.

Considerando a trajetória apresentada aqui, nota-se a existência de um “telhado de vidro” no que diz respeito às carreiras de mulheres nos órgãos constitutivos da CBF e, de certa forma, na própria constituição do Futebol Feminino no Brasil. Às mulheres, por enquanto, só é permitido chegar até determinado ponto – em que ainda seja possível o controle pela direção geral. Não é de se estranhar, diante do histórico da instituição, que as mudanças anunciadas não fossem de fato realizadas. Fundada, no modelo atual, em 1979,²⁴ tendo o apoio do governo militar, sob forte pressão da FIFA,²⁵ a CBF coleciona, nesses quase 40 anos de existência, uma série de escândalos envolvendo corrupção e prisões de dirigentes. O ex-presidente Renato Teixeira permaneceu 23 anos no comando, sendo substituído em 2012, após a acusação no envolvimento em atividades ilícitas de desvio de verbas, pelo vice José Maria Marín – que também foi condenado por corrupção e banido do futebol pela FIFA. Depois da saída de Marín, Marco Polo Del Nero tem alternado o cargo com seu vice, Coronel Antônio Carlos Nunes de Lima, em função das recorrentes intervenções da FIFA.²⁶

No jogo da admissão de Emily, a associação nacional conseguiu contornar parte dos julgamentos negativos não somente da imprensa e de parte da sociedade brasileira, como da própria FIFA: com isso, a CBF demonstrou uma movimentação contrária às velhas e obscuras políticas admitidas até então. Ao assumir o comando, a técnica entrou em conflito com a direção de Futebol Feminino, uma vez que exigia escolher a própria equipe técnica. Tal atitude foi barrada e como represália, a diretoria declarou possuir graves problemas de comunicação com a

²³ Sissi do Amor, ex-futebolista brasileira, recebeu da FIFA o convite para integrar o *FIFA Legends*. Conf.: BARLEM: Sissi fala de reunião com a CBF a presidente da FIFA: <https://glo.bo/2XrNADz>.

²⁴ Antes de 1979, a gestão do futebol brasileiro estava ligada a Confederação Brasileira de Desportos, fundada em 1914, na qual conglomerava todos os esportes competidos pelo país.

²⁵ Um decreto da FIFA na década de 1970, exigia que todas as entidades nacionais de futebol deveriam atuar somente nesse esporte.

²⁶ A federação internacional já decretou o afastamento de Marco Polo em duas ocasiões: em 2016 e em dezembro de 2017.

treinadora. Emily possui uma carreira reconhecida: conquistou a Libertadores Feminina, além do título mundial comandando o São José.

Uma carta aberta assinada por oito ex-futebolistas – todas com passagens pela Seleção Feminina – foi divulgada.²⁷ Nela, as jogadoras denunciaram a falta de apoio destinado à categoria, além da inexistência de mulheres em cargos diretivos:

Carta aberta das veteranas do futebol feminino endereçando a situação atual no Brasil

Nós, ex-jogadoras da seleção brasileira de futebol feminino (SBFF), estamos muito tristes e angustiadas pelos recentes acontecimentos na CBF no que concerne o futebol feminino e a nossa seleção brasileira, dentre os quais:

- O péssimo tratamento das mulheres como líderes e jogadoras por muitos anos. Esses são apenas alguns exemplos recentes: a técnica Emily Lima, apesar do apoio das jogadoras, expressado numa carta endereçada à CBF, datada de 19 de setembro, foi abruptamente demitida; e cinco jogadoras de destaque - Cristiane, Rosana, Andreia Rosa Francielle e Maurine – se aposentaram, exaustas dos anos de desrespeito e falta de apoio.
- O fracasso da CBF ao longo de vários anos em providenciar oportunidades relevantes para as jogadoras avançarem até uma posição de liderança – mesmo quando nós ganhamos nossas qualificações de técnicas, a um alto custo e com o encorajamento da CBF. Até o presente momento, nós tivemos uma ex-jogadora da SBFF (Daniela Alves) trabalhando com a configuração da SBFF, e, apesar das promessas, apenas Emily Lima teve a chance de ter um papel de liderança na seleção feminina.
- A falta de mulheres em papéis de liderança na CBF; a ausência de qualquer estrutura dentro da CBF que permita que mulheres façam parte da gerência e da administração do futebol; e a ausência de voz daquelas que vivenciaram o futebol feminino, em decisões sobre o futebol feminino.
- O fracasso em apoiar e estimular o futebol feminino em todos os níveis do esporte, desde a grama do campo até o Brasil como um todo. Nós, as jogadoras, investimos anos das nossas próprias vidas e toda a nossa energia para construir essa equipe e criar toda essa força que o futebol feminino tem hoje. No entanto, nós e quase todas as outras mulheres brasileiras, somos excluídas da liderança e das tomadas de decisão relativas à nossa própria equipe e ao nosso esporte [...].

²⁷ Marcia Tafarel, Sisleide Lima do Amor (Sissi), Juliana Ribeiro Cabral, Miraildes Maciel Mota (Formiga), Cristiane Rozeira, Francielle Manoel Alberto (Fran), Rosana dos Santos Augusto, Andréia Rosa de Andrade.

Segundo as autoras, a negligência na qual era tratado o Futebol Feminino no país decorria “de um longo histórico de portas fechadas”. O texto ainda cobra reformas urgentes, visando a igualdade de gênero no futebol brasileiro, com base nas exigências da FIFA.

A carta foi enviada a diversos veículos de comunicação, tendo repercutido fora do país: o jornal *The New York Times* publicou uma reportagem intitulada “*Brazil’s Women Soccer Players in Revolt Against Federation*” em que trazia fragmentos da carta.²⁸ O periódico ainda deu destaque à produção de estrelas brasileiras no Futebol Feminino, ao descontentamento gerado pela demissão de Emily Lima e à saída da artilheira Cristiane da Seleção.²⁹ A reportagem terminou com as frases proferidas por Cristiane em seu videoprotesto endereçado ao presidente da CBF: “*Why didn’t she have the same opportunity? Because she’s a woman?*”. As palavras da atleta também ressaltam o movimento de futebolistas brasileiras diante da disparidade entre as modalidades feminina e masculina, recorrente em diversas associações nacionais.

O fortalecimento desse movimento tem mobilizado jogadoras de futebol ao redor do mundo. Mesmo nos Estados Unidos, onde o Futebol Feminino é considerado exemplo por diversas profissionais desse esporte, as futebolistas tiveram que acionar o judiciário para obter ganhos equivalentes aos homens.

No início da década de 1970, após pressões de movimentos feministas que pediam a igualdade de acesso à educação, o Senado estadunidense aprovou o seguimento da Lei de *Civil Rights*, de 1964, incluindo o *Title IX – Equal Rights Amendment e Education Amendments*. O texto trazia escrito: “*No person in the United States shall, on the basis of sex, be excluded from participation in, be denied the benefits of, or be subjected to discrimination under any education program or activity receiving Federal financial assistance*”.³⁰ Acontece que a Lei de 1964 instituiu a proibição de qualquer forma de desigualdade em função de raça, religião, sexo e origem social no ambiente de trabalho. A mesma lei não previa a igualdade de direitos – indiferente ao sexo – no ambiente educacional. Como a

²⁸ PANJA. *Brazil’s Women Soccer Players in Revolt Against Federation*. *The New York Times*, 06 out. 2017.

²⁹ Cristiane Rozeira é a maior artilheira do futebol olímpico, com 12 gols.

³⁰ BRAKE. *Getting in the Game*, p. 10.

prática de esportes, nos Estados Unidos está diretamente ligada aos programas escolares, o próprio acesso ao esporte também permanecia dificultado às mulheres. Além disso, grande parte das bolsas de estudo nas universidades estadunidenses é destinada a atletas. Dessa forma, não havendo tal modalidade de bolsas às mulheres, entendeu-se que o acesso de jovens estudantes às universidades também estaria limitado. Por esse motivo, o protesto tornou-se pauta das lutas dos movimentos feministas naquele país.³¹

Essa medida aumentou muito o número de mulheres atletas nas escolas: passou de uma em cada vinte e cinco em 1970, para uma em cada três em 2006. Nas universidades, esse número aumentou de 2,8% para 88,6% no mesmo período. No futebol (*soccer*), a quantidade de mulheres praticantes na década de 1970 não passava de cinquenta mil. Quarenta anos depois, estava em torno de nove milhões.³² No entanto, como mostra Deborah Brake (2010), ainda é muito cedo para afirmar que existe, de fato, uma igualdade (*equality*) entre gêneros no universo esportivo dos Estados Unidos.

Diante do precedente legal, as futebolistas da seleção dos Estados Unidos entraram na justiça contra a *US Soccer* no início de 2016,³³ evocando o *Civil Rights* para obter igualdade de salários. As mulheres geram cerca de US\$ 20 milhões a mais que seus pares homens à associação estadunidense.³⁴ Além disso, a maior audiência da história do futebol no país foi registrada na final da Copa do Mundo de 2015, contra o Japão. Mesmo assim, as mulheres recebiam apenas 40% do valor oferecido aos homens para entrar em campo.³⁵ No entanto, nem mesmo histórico – somado aos tricampeonatos mundiais e às quatro medalhas olímpicas – foi suficiente para a paridade: as futebolistas estadunidenses conseguiram apenas 30% de aumento. A *US Soccer* alegou que, mesmo trazendo mais lucro à instituição, as diferenças do bônus pago pela FIFA e das receitas dos clubes – nas categorias

³¹ BRAKE. *Getting in the Game*, p. 15.

³² WILLIAMS. *A Beautiful Game*, p. 34.

³³ Entre as jogadoras, Hope Solo, Megan Rapinoe, Rebecca Sauerbrunn, Alex Morgan e Carli Lloyd. Todas atuaram pela seleção na Copa do Mundo do Canadá.

³⁴ MEDONÇA. Greves, ação na justiça e protestos: como jogadoras estão conseguindo mudar a desigualdade de gênero no futebol. BBC – Brasil: 27 out. 2017. Disponível em: <https://bbc.in/2XrQ2tL>.

³⁵ DAS. Top Female Players Accuse U. S. Soccer of Wage Discrimination. *The New York Times*: 31 mar. 2016. Disponível em: <https://nyti.ms/2Z6spr3>.

feminina e masculina – ainda são muito grandes. Em contrapartida, os valores equivalentes aos patrocinadores e direitos de imagem recebidos pela *US Soccer* colocam as mulheres a frente. No final, prossegue a luta das futebolistas contra a desigualdade salarial.

No ano seguinte, as norueguesas também reivindicaram a isonomia nos valores pagos pela *Norges Fotballforbund (NFF)*. Em outubro de 2017, as futebolistas reagiram contra a associação norueguesa, exigindo a equiparação de salários entre as duas categorias. Contudo, ao contrário das atuais campeãs mundiais, as jogadoras da Noruega conseguiram algo inédito na história do futebol mundial: a equidade de salários. A negociação envolveu os membros da Seleção de Futebol Masculina, que aceitaram a redução dos salários para que fosse atingida a igualdade.³⁶ A NFF ressaltou que iria destinar 25% da receita para as duas categorias, porém, o valor dos bônus oferecidos pela UEFA e FIFA continuaria a diferir em quinze vezes entre os campeonatos femininos e masculinos.

Ao mesmo tempo, as dinamarquesas sofreram uma grande derrota contra a *Dansk Boldspil Union (DBU)* ao entrar em greve pelo mesmo motivo. A *DBU*, em retaliação, anunciou o cancelamento da partida contra a Hungria pelas eliminatórias da Copa do Mundo. A associação dinamarquesa, em severo comunicado, afirmou que as jogadoras da seleção não queriam jogar e que, portanto, a partida não seria realizada. A atitude da *DBU* comprometeu toda a equipe – e as atuais vice-campeãs europeias perderam a chance de jogar o mundial de 2019, na França.

Na Austrália, um acordo entre a *FA Australia* e o sindicato que representa as futebolistas beneficiou todas as atletas da liga nacional de futebol ao criar um piso salarial para a categoria.³⁷ O país é o sexto no *ranking* da FIFA de Futebol Feminino.

Além das brasileiras, das estadunidenses, das norueguesas, das dinamarquesas e das australianas, movimentos de jogadoras pela igualdade de gênero nas federações nacionais de futebol também têm ocorrido na República da Irlanda, Escócia e

³⁶ *Norway's historic pay deal for women's team shows it can be done. The Guardian*, Londres, 08 out. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2QMOzM4>.

³⁷ MENDONÇA. Greves, ação na justiça e protestos: como jogadoras estão conseguindo mudar a desigualdade de gênero no futebol. *BBC – Brasil*: 27 out. 2017.

Nigéria.³⁸ Esses movimentos significam mais do que o aumento de salários, exprimem – para essas futebolistas – a garantia de reconhecimento profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a teoria feminista há anos tem negligenciado o esporte,³⁹ os movimentos feministas vêm aos poucos consolidando a paridade de gênero no futebol em suas agendas de lutas. Nos últimos anos, movimentos de futebolistas têm reivindicado igualdades de direitos, de acesso e de salários nas associações nacionais de diferentes países. Em 1995, o então presidente da FIFA, Joseph Blatter, declarou: “o futuro do futebol é feminino”. No entanto, a FIFA demorou ainda 20 anos para implantar a igualdade de gênero em seu estatuto – e após muita pressão das futebolistas. Soma-se a isso, a tentativa da instituição internacional de melhorar a imagem diante dos escândalos causados pelas denúncias de fraudes nas realizações das Copas do Mundo de Futebol Masculino da África do Sul (2010) e Brasil (2014). Além disso, a grande audiência da última Copa do Mundo de Futebol Feminino – Canadá 2015 – em países da Ásia, da Europa e nos Estados Unidos também contribuiu para que a FIFA ampliasse o foco sobre a modalidade. Afinal, tratava-se de um mercado em potencial.

A inserção da palavra gênero abriu o precedente que faltava às mulheres para que gerassem ofensivas mais fortes contra as confederações e associações nacionais. Nessa última onda, foram as jogadoras de futebol dos Estados Unidos as primeiras no processo de contestação dos salários – diferenciados entre integrantes das categorias Feminina e Masculina. Após as estadunidenses, movimentos semelhantes ganharam força na Noruega, Dinamarca, Irlanda, Brasil, Escócia e Nigéria. Na última edição da Eurocopa Feminina, ocorrida em 2017 na Holanda, várias equipes nacionais denunciaram as dificuldades vivenciadas cotidianamente por mulheres que praticam o futebol em diferentes partes do

³⁸ *Norway's Historic Pay Deal for Women's Team Shows it Can Be Done. The Guardian*, Londres, 08 out. 2017.

³⁹ BRAKE. *Getting in the Game*, p. 2.

mundo. Esse enfoque também foi explorado pelas campanhas publicitárias dos patrocinadores do evento – e das equipes –, com *slogans* como:

Never let adversity prevail: Unstoppable for Iceland (Icelandair);

Women's Football isn't being celebrated enough. We built something to tackle that.

Mastercard presents:

Hayley (Wales & Bristol City WFC)

Stevie (Barry Town UTD Ladies FC)

Hannah (Cardiff City Ladies FC)

Anais (Thornhill athletic FC)

Changing perceptions. One goal at a time. We call it priceless (Mastercard).

No Brasil, como em muitos outros países, a luta pela igualdade de gênero na CBF continua dentro do que a historiadora Jean Williams (2007) chamou de “integração negativa” das mulheres no futebol. A confederação acenou mudanças em cumprimento às regras da FIFA, porém, na hora de colocá-las em prática, deu sinais de que a intenção preencher as formalidades impostas pela instituição internacional. Em função disso, desenvolveu-se no país um movimento de futebolistas mulheres que questionam essas práticas comuns à CBF. Se por um lado, as relações entre futebolistas, clubes e agentes sofrem certa fluidez, no tocante à associação brasileira, as posições têm se mantido intactas, conforme se pode perceber no episódio que envolveu a demissão da técnica da seleção.

* * *

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caroline S. **Do sonho ao possível**: projeto e campo de possibilidade nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

ALMEIDA, Caroline S. Mulheres futebolistas: debates sobre violência e moral durante o Estado Novo brasileiro. **Lusotopie**, n. 18, 2019, p. 99-122.

BESSE, Susan. **Modernizado a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BRAKE, Deborah. **Getting in the Game**: The IX and the Women's Sports Revolution. New York: New York University Press, 2010.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION. Estatutos de La FIFA: Reglamento de Aplicación de los Estatutos; Reglamento del Congreso. Zurique: FIFA, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2XudEhp>.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa pra macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, n. 50, v. 25. São Paulo, 2005, p. 316-328.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física**, v. 19, n. 2. São Paulo: abr.-jun. 2005, p. 143-151.

PISANI, Mariane. **Sou feita de chuva, sol e barro**: o futebol de mulheres praticado na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2018.

RIAL, Carmen. El invisible (y victorioso) fútbol practicado por mujeres en Brasil. **Nueva Sociedad**, 248, 3, 2013, p. 114-126.

RIAL, Carmen. New Frontiers: The Transnational Circulation of Brazil's Women Soccer Players. In: AGERGAARD, Sine; TIESLER, Nina Clara (Eds.). **Women, Soccer and Transnational Migration**. London, New York: Routledge, 2014.

WILLIAMS, Jean. **Women's Football, Europe and Professionalization 1971-2011**: Global Gendered Labor Markets, Foomi-net Working Papers, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.diasbola.com/uk/foomi-source.html>.

WILLIAMS, Jean. **A Beautiful Game**: International Perspectives on Women's Football, 2007.

* * *

Recebido para publicação em: 08 mar. 2019.
Aprovado em: 05 jun. 2019.